



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA AGRICULTURA E DO DESENVOLVIMENTO RURAL

2023

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2023

GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL DA AGRICULTURA E
DO DESENVOLVIMENTO RURAL



Índice

| | |
|---|----|
| 1. Introdução | 3 |
| 2. Atividades Desenvolvidas | 4 |
| 3. Orçamento e execução | 7 |
| 3.1 – Orçamento de Funcionamento | 7 |
| 3.2 – Plano de Investimentos | 9 |
| 4. Desempenho Económico e Financeiro | 15 |
| Anexo às demonstrações financeiras | 17 |
| Anexo às demonstrações orçamentais | 25 |



1.Introdução

Em cumprimento das disposições legais em vigor, o Gabinete do Secretário Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (GSRADR) apresenta a prestação das atividades e contas referentes ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2023, de acordo com as suas atribuições.

A Secretaria Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (SRADR), foi criada pelo Decreto Regulamentar Regional N.º 28/2020/A, de 10 de dezembro, sucedendo à Secretaria Regional da Agricultura e Florestas, criada pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 09/2016/A, de 21 de novembro, no que às competências sobre a agricultura, florestas e desenvolvimento rural respeita.

Considerando que, nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 28/2020/A, de 10 de dezembro, as referências feitas em diplomas legais aos departamentos do Governo Regional alterados ou extintos consideram-se, para todos os efeitos legais, reportadas aos departamentos do Governo Regional que lhes sucederam nas suas atribuições e competências, nos termos do referido diploma.

Considerando que o Gabinete do Secretário Regional da Agricultura e Florestas transitou para o regime de autonomia administrativa nos termos do despacho conjunto n.º 376/2017, de 21 de fevereiro de 2017, e que a entidade contabilística “Gabinete do Secretário Regional da Agricultura e Florestas” integraria os serviços do Gabinete de Planeamento e os Serviços de Desenvolvimento Agrário de ilha e que manteve assim, a Secretaria Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural a estrutura anterior.

Considerando as alterações decorrentes do Decreto Regulamentar Regional n.º 28/2020/A, de 10 de dezembro, pelo qual foi aprovada a Orgânica do XIII Governo Regional dos Açores e a necessidade de designar um novo responsável por esta entidade contabilística.

Pelo despacho n.º 2155/2020, de 30 de dezembro, do Secretário Regional de Agricultura e do Desenvolvimento Rural, publicado em J.O., II série, nº 253, foi designada como responsável pela entidade contabilística Gabinete do Secretário Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, Alódia de Melo Rocha Costa e Silva, com efeitos a 25 de novembro de 2020.



O orçamento disponível para o ano 2023 resultou da dotação inscrita no Decreto Legislativo Regional n.º 01/2023/A, de 05 de janeiro e do Plano Regional Anual, Decreto Legislativo Regional n.º 4/2023/A, de 13 de janeiro.

Este relatório retrata a gestão dos serviços: Gabinete do Secretário Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, adiante designado por GSRADR, que inclui o Gabinete do Secretário/Gabinete de Planeamento, adiante designado por GSR/GP e Serviços de Desenvolvimento Agrário distribuídos pelas ilhas, adiante designados por SDA.

2. Atividades Desenvolvidas

Em 2023, a Secretaria Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural foi o departamento do Governo Regional que definiu e executou a política regional nos domínios da agricultura, pecuária e ruralidade, da diversificação e sustentabilidade agrícola, pecuária e rural, do desenvolvimento rural, da valorização e promoção das produções agrorrurais regionais, da formação, investigação e vulgarização agrorrural e da gestão e valorização dos recursos florestais e cinegéticos da Região Autónoma dos Açores.

Constituíram atribuições da SRADR, designadamente:

- a) Conceber, desenvolver, coordenar e executar a política regional nos domínios sob a sua tutela, centrada na sustentabilidade ambiental, económica e social e no pleno aproveitamento das potencialidades da Região Autónoma dos Açores;
- b) Promover a sustentabilidade e a competitividade dos setores agrícola, agroalimentar e florestal e a dinamização dos meios rurais, apoiando a modernização e o reforço estrutural daqueles setores e potenciando a sua capacidade de adaptação aos desafios sociais presentes e futuros;
- c) Promover e dinamizar atividades de investigação, desenvolvimento e inovação que contribuam para a eficiência e sustentabilidade dos meios de produção e a qualidade e valorização dos produtos regionais;
- d) Promover a informação, sensibilização, educação e formação nos domínios sob sua tutela;



- e) Planear, conceber, gerir e monitorizar os programas e os projetos da sua responsabilidade, financiados ou cofinanciados por instrumentos financeiros comunitários e relacionados com os domínios sob sua tutela;
- f) Promover a correta adaptação às especificidades regionais das políticas comunitárias, designadamente das políticas comuns nos domínios da agricultura e desenvolvimento rural;
- g) Assegurar a proteção, a qualidade e a segurança da produção agrícola, designadamente nas áreas de proteção animal e de sanidade animal, proteção vegetal e fitossanidade;
- h) Assegurar a cooperação com entidades públicas e privadas, regionais, nacionais e internacionais nos domínios sob a sua tutela;
- i) Promover a inspeção, auditoria e fiscalização em matéria de agricultura e florestas.

A entidade contabilística GSRADR inclui as despesas afetas ao Gabinete do Secretário e integra os seguintes serviços:

- Gabinete de Planeamento
- Serviços de Desenvolvimento Agrário

O Gabinete de Planeamento funciona na direta dependência do secretário regional e tem por missão apoiar tecnicamente o secretário regional e o respetivo gabinete, visando a definição, coordenação, execução, acompanhamento e avaliação de programas e políticas, bem como prestar apoio jurídico e administrativo ao gabinete do secretário regional.

Ao GP compete:

- a) Assessorar o secretário regional, fornecendo as análises, informações e elementos necessários à definição, coordenação e execução das políticas e atividades correntes da SRADR;
- b) Assegurar a prestação de consultoria jurídica e apoio legislativo e regulamentar ao gabinete do secretário regional e aos serviços dele dependentes;
- c) Assegurar a elaboração e a avaliação de planos, programas, projetos e estudos sobre assuntos que lhe sejam atribuídos e, quando necessário, coordenar o controlo das respetivas execuções materiais e financeiras;
- d) Promover e coordenar a difusão interna e externa das atividades da SRADR, bem como da informação técnica e setorial relevante;



- e) Propor, elaborar e aplicar normas e orientações que contribuam para a melhoria da qualidade, eficiência e eficácia dos serviços da SRADR;
- f) Promover e coordenar a preparação, em estreita colaboração com os restantes serviços da SRADR e outros serviços competentes da administração regional, dos orçamentos de funcionamento anuais, dos planos de investimento anuais e das orientações de médio prazo da SRADR e coordenar o controlo das respetivas execuções materiais e financeiras;
- g) Assegurar a coordenação de ações relacionadas com matérias de interesse transversal a diversos serviços da SRADR e outras matérias que lhe sejam superiormente determinadas;
- h) Coordenar, em articulação com os restantes serviços da SRADR, o planeamento e a gestão das áreas de recursos humanos e patrimoniais, bem como da área de organização documental e bibliográfica da SRADR;
- i) Coordenar as áreas de informática, telecomunicações e gestão eletrónica da informação, em articulação com os restantes serviços da SRADR e com as políticas globais seguidas pelo Governo Regional nestas áreas;
- j) Coordenar o sistema de planeamento, no âmbito do subsistema de avaliação do desempenho dos serviços, de dirigentes e trabalhadores que exerçam funções públicas, bem como a aplicação de ferramentas de gestão visando a melhoria da qualidade dos serviços, em articulação com os restantes serviços da SRADR;
- k) Assegurar as ligações adequadas com os organismos internacionais, comunitários, nacionais e regionais nas áreas de relevância para o correto desempenho das suas atribuições;
- l) Assegurar a realização de outras tarefas que, no âmbito da sua área de competências, lhe sejam distribuídas ou cometidas à sua responsabilidade.

Os SDA são serviços executivos periféricos da SRADR que exercem essencialmente funções de caráter técnico e operativo.

Aos SDA compete, nas respetivas ilhas, designadamente:

- a) Elaborar planos de ilha relativos à agricultura e desenvolvimento rural;
- b) Definir os objetivos, no âmbito da agrosustentabilidade, na respetiva ilha;
- c) Exercer na ilha a que respeitam o prosseguimento das competências da DRAg e da DRDR;



- d) Elaborar o planeamento operacional das ações necessárias à execução dos diversos programas e projetos;
- e) Gerir os recursos humanos, financeiros e materiais que lhes estão afetos;
- f) Promover a aplicação das disposições legais e regulamentares nas áreas da sua atividade;
- g) Colaborar com outros órgãos e serviços da SRADR;
- h) Assegurar a realização de outras tarefas que, no âmbito da sua área de competências, lhe sejam distribuídas ou cometidas à sua responsabilidade.

3. Orçamento e execução

3.1 - Orçamento de Funcionamento

O Gabinete do Secretário Regional iniciou o ano 2023 com uma dotação global no capítulo 01, orçamento de funcionamento, de 18 539 751€, sendo 5 297 396€ afetos ao GSR/GP, dos quais 3 351 651€ destinados a transferências correntes para o Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas (IAMA) e 13 242 355€ afetos aos Serviços de Desenvolvimento Agrário.

Os Serviços de Desenvolvimento Agrário das ilhas Graciosa, Santa Maria e Flores foram financiados ao nível do orçamento de funcionamento afeto a esta Secretaria apenas nas despesas com pessoal, sendo as restantes despesas suportadas pelas Centrais de Serviços Partilhados.

No decorrer do ano de 2023, o orçamento de funcionamento do GSRADR foi reforçado em 500 000€ para fazer face a despesas com pessoal, nomeadamente para vencimentos.

Em termos de execução orçamental, verifica-se que o GSR apresentou, a 31 de dezembro, uma execução global de 99,74%, sendo as execuções parciais de 99,83% - GSR/GP e 99,71% - SDA.



Nas Figuras 1 e 2 pode observar-se a execução orçamental do GSR/GP e dos SDA, respetivamente, de acordo com o tipo de despesas: pessoal, bens e serviços correntes, juros e outros encargos, transferências correntes, outras despesas correntes e bens de capital.

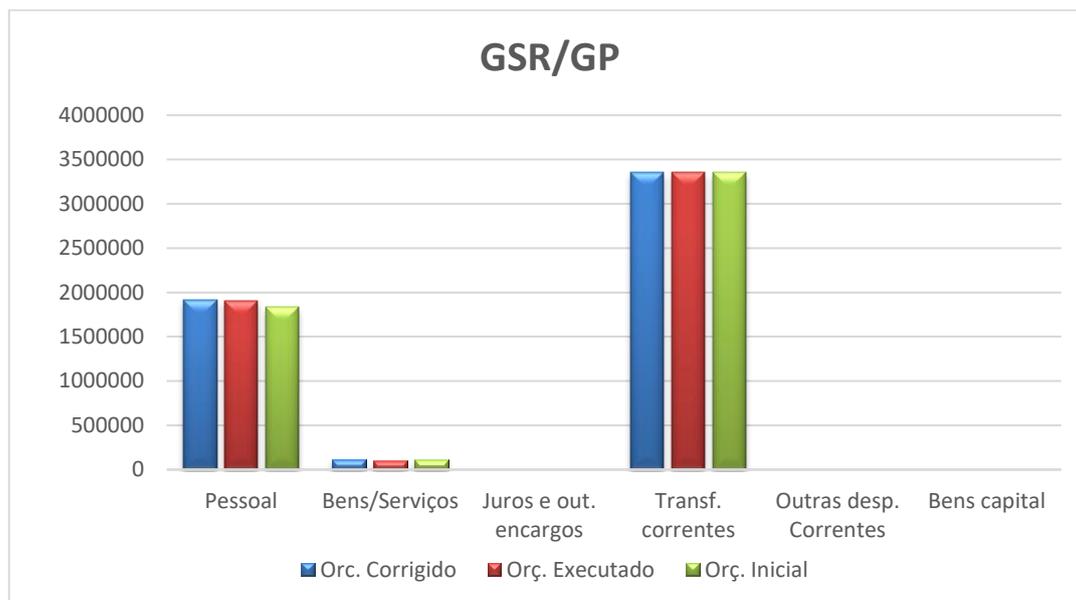


Figura 1 – Execução orçamental GSR/GP – orçamento funcionamento.

Na Figura 1 representa-se a execução orçamental do Gabinete do Secretário Regional/Gabinete de Planeamento. A despesa realizada totaliza 5 360 449,64€, correspondendo a 1 907 719,48 € em despesas com pessoal, 101 079,16€ em despesas com aquisição de bens e serviços correntes e 3 351 651,00€ em transferências correntes para o IAMA.

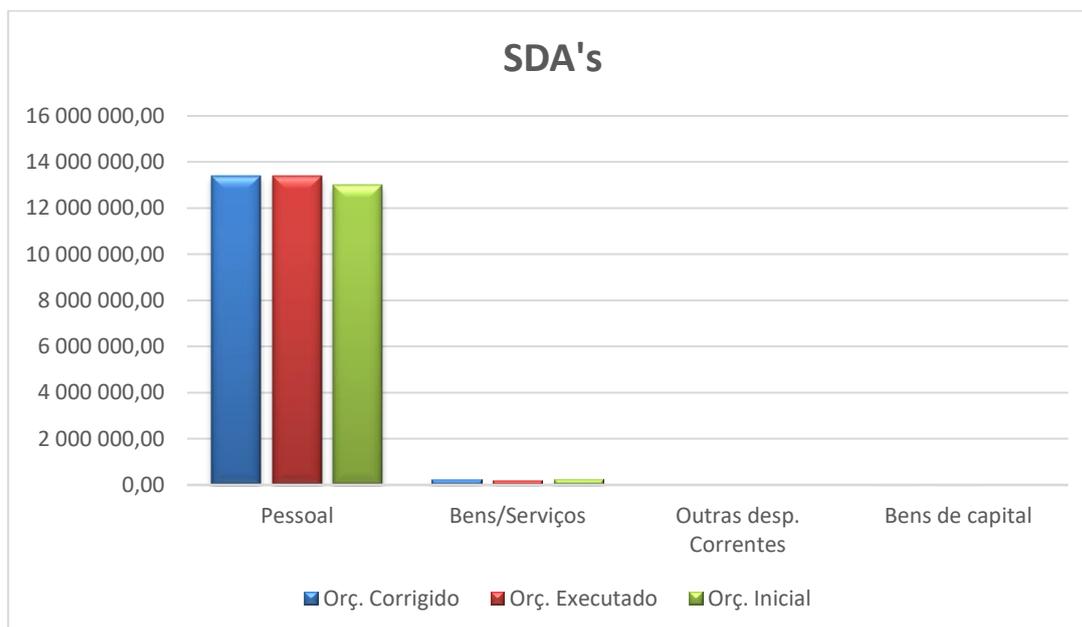


Figura 2 – Execução orçamental SDA's – orçamento funcionamento.

Na Figura 2 representa-se a execução orçamental dos Serviços de Desenvolvimento Agrário. A despesa realizada totaliza 13 608 641,74€, correspondendo a 13 403 322,74€ em despesas com pessoal, 188 526,87€ em despesas com aquisição de bens e serviços correntes, 724,00€ em outras despesas correntes e 16 068,13€ em aquisição de bens de capital.

Foi dado cumprimento ao n.º 1 do artigo 4.º do Decreto Legislativo Regional n.º 1/2023/A, de 05 de janeiro de 2023, tendo sido cativadas 21 600,00€ das verbas orçamentadas em aquisição de bens e serviços. Não foi solicitada descativação nos termos do n.º 2 do mesmo artigo.

3.2 – Plano de Investimentos

Do Plano Regional Anual para 2023, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 4/2023/A, de 13 de janeiro, foram da responsabilidade do GSRADR a execução das seguintes ações referentes aos projetos pertencentes ao programa 06 – Economia Rural:



Projeto 6.1 – Investigação, Inovação, Capacitação e Competitividade

O projeto 6.1 teve execução partilhada entre os vários serviços da Secretaria com competências na agricultura, florestas e desenvolvimento rural, sendo apenas objeto do presente relatório as seguintes ações, relativamente à execução que coube ao GSR:

6.1.4- Reforma Antecipada

Com vista à renovação e reestruturação das empresas agrícolas por via da reforma antecipada de produtores agrícolas (PRORURAL e DLR n.º 14/2020/A, de 25 de junho), contou com uma dotação inicial de 1 000 000€. Ao longo do ano económico terminou com uma dotação corrigida de 500 000€, registando uma execução de 100%.

6.1.5 – Incentivo ao Associativismo

Esta ação destinou-se ao apoio a ações desenvolvidas por organizações de produtores e associações ligadas ao setor agrícola. A sua execução desenvolveu-se de acordo com a Resolução do Conselho do Governo n.º 37/2022, de 10 de março, Resolução do Conselho do Governo n.º 81/2023, de 18 de maio e Resolução do Conselho do Governo n.º 156/2023, de 27 de setembro.

Contou com uma dotação inicial de 3 613 887,00 €, sendo a mesma posteriormente corrigida para 3 874 507,00€. A sua execução foi de 78,67%.

6.1.9 – Infraestruturas de apoio para a transição digital

Com uma dotação inicial de 100 000,00€, esta ação contou com um reforço, terminando com uma dotação corrigida de 117 885,00€ que se destinou à infraestrutura de informação e de comunicações de apoio ao desenvolvimento agrícola, rural e florestal. A execução registada foi de 64,62%.

6.1.11 – Dinamização dos mercados

Com uma dotação inicial de 5 830 291€, esta ação foi alvo de reforço contando com uma dotação corrigida de 8 620 020€, transferida na íntegra para o IAMA com vista ao suporte da infraestrutura de apoio à dinamização dos mercados agrícolas. Apresentou uma execução de 100%.

6.1.14 – Acreditação, Certificação e Gestão dos Produtos de Qualidade dos Açores

Ação destinada ao desenvolvimento das ações de classificação de leite e carcaças (realização de análises) e certificação e controlo de produtos que beneficiem de regimes de qualidade da União Europeia – DOP, IGP e ETG. Contou com uma dotação inicial



de 459 008€ e foi transferida para o IAMA, enquanto entidade executadora, apresentando uma taxa de execução de 100%.

6.1.15 – Operacionalização de Políticas de Desenvolvimento Agrícola e Rural

Ação executada pelos Serviços de Desenvolvimento Agrário no âmbito da operacionalização, ao nível de ilha, das políticas no âmbito da sanidade animal e vegetal, segurança alimentar, bem-estar animal, proteção das culturas, experimentação agrícola, formação profissional, aconselhamento e divulgação agrária, acompanhamento técnico aos beneficiários e acompanhamento e controlo da instrução e execução dos pedidos de apoio. Contou com uma dotação inicial de 1 021 200€ e finalizou o ano com uma dotação corrigida de 1 760 503€. Apresentou uma taxa de execução de 59,73%.

6.1.21 – Agroemprego

Ação destinada à execução de ações de sensibilização para o emprego no setor agrorrrural, com particular enfoque em estabelecimentos de ensino regular e profissional, associações e cooperativas. Com uma dotação inicial de 3 100€, esta ação não foi executada em 2023, tendo sido direcionada a verba para reforço de outras ações.

6.1.22 – Valorização da bovinicultura de leite e responsabilidade social na fileira dos laticínios

Esta ação contou com uma dotação inicial de 35 000€, destinada a ações de valorização e promoção do leite e laticínios dos Açores. Finalizou o ano com uma dotação corrigida de 480€, tendo sido executada a 100%.

6.1.24 – Bovileite São Jorge

Ação destinada à formação profissional e qualificação da fileira do leite de São Jorge. Contou com uma dotação inicial de 10 000€, não tendo havido execução em 2023. As dotações foram alocadas a outras ações do Plano.

6.1.25 – Agrocência Investigação

Ação direcionada ao regime de apoio à criação de bolsas de estudo destinadas ao desenvolvimento de projetos de investigação agrícola aplicada na Universidade dos Açores. A mesma não foi executada em 2023, tendo sido alocadas as dotações iniciais (10 000€) a outras ações do Plano.



6.1.26 – Projeto piloto de recuperação da cultura da figueira na ilha do Pico

Com o objetivo de recuperar a cultura da figueira na ilha do Pico, esta ação contava com uma dotação inicial de 10 000€. No decorrer do ano, as dotações foram alocadas a outras ações do Plano, não tendo sido executada por este motivo.

6.1.27 – Observatório agroalimentar dos Açores

Desenvolvimento de um observatório agroalimentar dos Açores, concretizado numa plataforma informática assente num modelo de relatório dinâmico, contendo dados relativos a variáveis económicas, produtivas, sociais e ambientais que cubram todos os setores agroalimentares. Esta ação, financiada pelo PRR, contou com uma dotação inicial de 100 000€ a serem transferidos para o IAMA, entidade executora do projeto. Finalizou o ano com uma dotação corrigida de 50 669€ e execução de 100%.

6.1.28 – Regimes de apoio à reestruturação de empresas agroindustriais

Regimes de apoio à reestruturação das empresas agroindustriais no âmbito do PRR. Esta ação contou com uma dotação inicial de 1 000 000 €, acabando por não ter sido executada. As dotações foram alocadas a outras ações do Plano.

6.1.29 – Implementação Territorial do Programa de Capacitação dos Agricultores e Promoção da Literacia em Produção e Consumo Sustentáveis

Com o objetivo de promover ações de formação, disponibilizando apoio técnico especializado aos agricultores e outros agentes agrícolas, informação atualizada sobre dados económicos, produtivos, sociais e ambientais relativos às fileiras e produções agrícolas regionais e também promover a literacia em produção e consumo sustentáveis à população em geral, esta ação contou com uma dotação de 108 554,00€ registando uma execução de 43,27%.

6.2 – Desenvolvimento Sustentável, Biodiversidade e Alterações Climáticas

Coube ao GSRADR a execução de 6 ações no âmbito deste projeto:

6.2.1 – Agroruralidade por Ilha

Com uma dotação inicial de 3 100€, destinada ao desenvolvimento de estudos de diagnóstico para apoio à decisão e definição de Planos de Desenvolvimento Agro Rural específicos para cada uma das ilhas, não foi objeto de execução tendo as verbas sido transferidas para outras ações do Plano de Investimentos.



6.2.8 – GeoBio Ocidental

Contou com uma dotação inicial de 3 100€, destinada ao desenvolvimento de ações e projetos de apoio à agricultura biológica nas ilhas das Flores e Corvo. Apresentou no final uma dotação corrigida de 1 648€ e uma taxa de execução de 99,95%.

6.2.9 – Economia Circular na Agricultura

Ação direcionada para o desenvolvimento de ações e projetos no âmbito da economia circular, com o objetivo de promover estratégias para a redução, reutilização, recuperação e reciclagem de materiais e energia na atividade agrícola da RAA, valorizando assim os recursos endógenos das explorações. Contou com uma dotação inicial de 69 000€, apresentando no final de 2023 uma dotação corrigida de 52 712€ e uma taxa de execução de 66,55%.

6.2.17 – Divulgação, Promoção e Apoio à Decisão

Destinada à realização de ações de promoção e divulgação, realização de fóruns e elaboração de estudos de enquadramento e apoio à decisão, esta ação contou com uma dotação inicial de 74 000,00€, tendo sido posteriormente corrigida para 109 945,00€. Terminou com uma taxa de execução de 55,70%.

6.2.21 – GeoBio Graciosa

Destinada à realização de ações e projetos de apoio ao desenvolvimento da agricultura biológica na ilha Graciosa, esta ação contou com uma dotação inicial de 3 100,00€, tendo sido posteriormente corrigida para 17 499,00€. Terminou com uma taxa de execução de 100%.

6.2.31 – Caracterização de variedade produtivas vegetais regionais

Não foi executada em 2023. Contou com uma dotação inicial de 5 000€, que foi posteriormente alocada a outras ações do Plano de Investimentos.

6.3 – Infraestruturas Públicas de Apoio ao Setor Produtivo

Este projeto teve como objetivo apoiar as infraestruturas públicas de apoio ao setor produtivo e contou com execução partilhada por diversos serviços da Secretaria nas referidas ações:



6.3.1 – Abastecimento de Água, Caminhos e Eletrificação Agrícola

Com vista à concretização de projetos de construção, requalificação e manutenção de sistemas de abastecimento de água, caminhos agrícolas e sistemas elétricos de apoio à atividade agrícola, esta ação contou com uma dotação inicial de 2 800 000,00 € a ser transferida para a entidade executora, IROA, SA. Terminou o ano com uma dotação corrigida de 2 795 967€ apresentando uma taxa de execução de 56,12%.

6.3.2 – Reestruturação Fundiária

Com uma dotação inicial de 250 000,00€ e posteriormente corrigida para 125 000,00€, registou uma execução de 100%, integralmente transferida para a IROA, SA, com vista à renovação e reestruturação das empresas agrícolas, por via do redimensionamento e emparcelamento das explorações, ao abrigo do Regime de Incentivos à Compra de Terras Agrícolas (RICTA) (DLR n.º 23/2008/A de 24 de julho).

6.3.3 – Investimento na Fileira da Carne Açores

Com dotação inicial de 2 175 472,00€, foi integralmente destinada ao IAMA para beneficiação de matadouros públicos e estruturas de abate. Apresentou no final do ano uma taxa de execução de 100%.

6.3.4 – Reestruturação da rede regional de abate e da rede de certificação da qualidade do leite e segurança alimentar

Ação destinada à empreitada de construção do novo matadouro da ilha de São Jorge, à construção do novo edifício SERCLASM e promoção de campanha institucional dos laticínios dos Açores. Contou com uma dotação inicial de 3 306 758€ a ser transferida para o IAMA. No decorrer do ano económico a dotação foi ajustada para 800 000,00€, apresentando uma taxa de execução de 100%.

6.3.7 – Valorização de Infraestruturas de Interesse Patrimonial e Cultural

Com dotação inicial de 35 000,00€, destinada à requalificação da mata ajardinada da Quinta de São Lourenço (Faial), valorização do Edifício do Relógio da Colónia Alemã na cidade da Horta e outros edifícios com valor patrimonial, terminou com uma dotação corrigida de 20 998,00€, apresentando uma taxa de execução de 68,36%.



6.3.11 – Melhoria das infraestruturas do Matadouro de São Miguel

Ação destinada à remodelação e ampliação da abegoaria do Matadouro de São Miguel, contou com uma dotação inicial de 5 000€. Não apresentou execução em 2023 e as dotações foram alocadas a outras ações do Plano executadas materialmente pelo IAMA.

6.3.13 – Reestruturação do Matadouro do Pico

Destinada ao melhoramento das infraestruturas do Matadouro do Pico, contava com um orçamento inicial de 693 251,00€ a serem transferidos para o IAMA. Não apresentou execução em 2023 e as dotações foram alocadas a outras ações do Plano executadas materialmente pelo IAMA.

6.3.15 – Projeto de pavimentação do caminho de ligação entre a Lomba da Maia e Achada das Furnas

Contou com uma dotação inicial de 50 000,00€ tendo sido posteriormente corrigida para 25 001,00€ a ser executada pelo IROA, SA. Apresentou uma execução de 100 %.

4. Desempenho Económico e Financeiro

Os rendimentos apurados no fim do exercício, registaram o valor de 37 646 074,62€, provenientes de transferências (por libertação de créditos) do orçamento da Região Autónoma dos Açores, representando um aumento de aproximadamente 2,43% em comparação com o ano transato.

Relativamente aos gastos, foi apurado o valor de 37 623 066,18€, sem contar com as depreciações e amortizações do exercício e os gastos referentes à regularização das RNAP, verificando-se uma redução de 2,37% em comparação ao ano anterior, apresentando um resultado positivo (23 008,44€). Do efeito, observa-se um aumento de 21,86% nos gastos com fornecimentos e serviços externos, um aumento de cerca de 4,62% em gastos com pessoal, uma redução de 9,86% nas transferências concedidas a outras entidades e uma redução de 7,44% em outros gastos.

As rubricas de outros rendimentos e outros gastos relacionam-se com o registo de reposições não abatidas nos pagamentos, dado que no sistema contabilístico com a entrada dos registos das RNAP, é gerada uma receita. No entanto, a mesma reverte



para a entidade Região Autónoma dos Açores e não para o GSRADR, dado que este não possui autonomia financeira. Por isso, o seu registo é apenas patrimonial e não envolve o orçamento. Sendo assim é efetuado um movimento de redução desse valor através da conta de gastos 6881190000, no valor da receita extraordinária. Neste caso, em 2023, verifica-se um registo de RNAP's no valor de 7 333,70€ em outros rendimentos e o seu acerto do mesmo valor em outros gastos. A rubrica de outros gastos também refletiu 333,98 € em quotizações e 204€ em pagamentos de taxas.

Da diferença entre os rendimentos e os gastos acima referidos, somados com os gastos com depreciações e amortizações do exercício, o Resultado líquido do período gerado foi negativo em 122 785,26€, representando uma grande melhoria em relação ao ano transato (-1 926 088,87€).

Em 2023, o total do ativo registou uma diminuição de 8,52% em comparação com o ano anterior, tendo em conta que houve uma redução de cerca de 60,43% no investimento em ativos fixos tangíveis e não foram efetuadas nenhuma adições em ativos intangíveis. O ativo corrente está representado pela rubrica caixa e depósitos, no valor de 204 268,54€, dos quais 203 768,54€ são respeitantes ao valor de retenções de vencimentos de mês de dezembro, que foram pagos em janeiro de 2024 e 500€ respeitantes à conta associada ao Fundo de Maneio do SDA Pico, que apesar de terem sido devolvidos à RAA em 2023, o movimento contabilístico da sua devolução (liquidação) só foi efetuado por lapso em 2024, apresentando assim saldo na conta 1220000182. O saldo na rubrica de diferimentos é respeitante a seguros pagos em 2023, cujos períodos de cobertura são extensíveis a 2024, tendo sido o valor de 10 800,35€ o montante apurado dos custos respeitantes, a diferir para 2024..

O Património Líquido apresentou uma redução de 122 785,26€, derivado do resultado líquido negativo do período, acumulando um valor negativo de 3 020 775,73€.

O passivo registou um incremento de cerca de 1,61% em comparação com o ano anterior, por conta do aumento do passivo corrente.

O saldo credor, refletido na conta 202, de valor de 2 036 571,42€, diz respeito a transferências de capital que foram pagas em 2024 ao abrigo da RCG n.º 81/2023, de 18 de maio (776 603,42€), ao abrigo da RCG n.º 37/2023, de 8 de março (1 226 968,00€) e de acordos de colaboração com Juntas de Freguesia no valor de 33 000,00€.



O saldo credor da conta 22, diz respeito a dívidas a fornecedores no valor de 592 698,15€ e a 321,64€ de penhoras em vencimentos de dezembro 2023, que foram entregues em janeiro de 2024.

Os saldos credores das contas 242, 245, 2452 e 2459, dizem respeito aos valores a pagar ao estado e outros entes públicos das retenções e contribuições da entidade referentes aos vencimentos de dezembro de 2023, que foram pagos em janeiro de 2024.

O saldo credor da conta 271111, representa as obrigações transitadas para 2024 referentes a fornecedores de investimentos.

O saldo credor da conta 27229, representa os acréscimos de gastos, de valores que serão pagos em 2024, mas que dizem respeito ao ano económico de 2023 e os saldos das contas 278, são referentes a retenções a entregar a terceiros derivadas dos vencimentos de dezembro de 2023.

Anexo às demonstrações financeiras

1. Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1 – Identificação da entidade e período de relato

Designação da entidade: Gabinete do Secretário Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural

Número de matrícula no Registo Comercial: 600085902

Endereço: Edifício do Relógio – Colónia Alemã, S/N, 9900-014 Horta

Código da classificação orgânica: 07.01.00

Tutela: Secretaria Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural

Designação da entidade que controla: Região Autónoma dos Açores

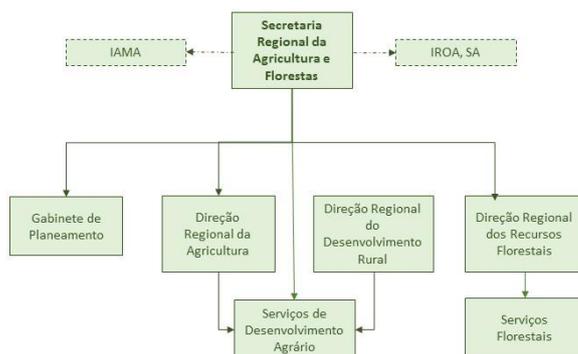


REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA AGRICULTURA E DO DESENVOLVIMENTO RURAL

A Secretaria Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (SRADR), foi criada pelo Decreto Regulamentar Regional N.º 28/2020/A, de 10 de dezembro, sucedendo à Secretaria Regional da Agricultura e Florestas criada pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 09/2016/A, de 21 de novembro, no que às competências sobre a agricultura, florestas e desenvolvimento rural respeita, considerando legais as referências feitas em diplomas legais ao departamento sucedido, por força do n.º 4 do artigo 20.º do mesmo diploma.

A SRADR possui competências em matéria de agricultura e pecuária, desenvolvimento rural, formação agrária e extensão rural, diversificação e valorização das produções regionais e na gestão e valorização dos recursos florestais e cinegéticos.

A estrutura organizacional da SRADR é a representada no seguinte organograma:



Em 31 de dezembro de 2023, o mapa de pessoal do GSRADR era constituído por 640 colaboradores e desagregado pela seguinte forma:

| Pessoal | S.D.A Faial | GP | S.D.A Pico | S.D.A S Jorge | S.D.A St. Maria | S.D.A SMiguel | S.D.A Graciosa | S.D.A Flores | S.D.A. Corvo | S.D.A Terceira | Total |
|--------------------|-------------|----|------------|---------------|-----------------|---------------|----------------|--------------|--------------|----------------|------------|
| Quadro | 58 | 54 | 83 | 38 | 34 | 167 | 24 | 38 | 4 | 106 | 606 |
| Fora Quadro | 1 | 2 | 1 | 1 | 1 | 7 | 4 | 1 | 0 | 0 | 18 |
| Prestação serviços | 1 | 1 | 6 | 0 | 0 | 4 | 0 | 0 | 0 | 4 | 16 |
| Total | | | | | | | | | | | 640 |



O sistema informático utilizado para a execução da contabilidade assenta em mecanismos automáticos de geração de movimentos contabilísticos, mais concretamente o GeRFiP (Gestão de Recursos Financeiros Partilhada). O GeRFiP é um sistema de gestão financeira e contabilística em que os movimentos contabilísticos patrimoniais são gerados à medida que as tarefas e as operações inerentes à execução orçamental são executadas, graças a um sistema de equivalências e ligações entre a classificação económica das despesas e receitas públicas e os códigos das contas do GSRADR.

O GSRADR dispõe de um manual de controlo interno, contendo a caracterização de todo o processo contabilístico.

1.2 Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de harmonia com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

Derrogações de disposições do SNC-AP

Excecionalmente, foram derrogadas as seguintes disposições:

- NCP 27, uma vez que o software de suporte ao referencial contabilístico SNC-AP – GeRFiP, não integra o módulo de contabilidade de gestão;

Valores de caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro não estava disponível para uso, o valor de 204 268,54€, registado na conta 122 Depósitos bancários à ordem, devido ao montante de 203 768,54 € ter de ser entregue a diversas entidades, referindo-se a retenções efetuadas nos vencimentos de dezembro de 2023 e ao montante de 500 € referente à conta de FM associada ao SDA Pico, que apenas se reflete na conta por a sua liquidação só ter sido efetuada por lapso em 2024, apesar de se ter cumprido o n.º 2 do artigo 12.º do DRR n.º 10/2023/A, de 23 de março.

A rubrica de caixa e seus equivalentes abrange somente depósitos bancários (consultar quadro em anexo (Q1)).



2. Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

2.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

Ativos intangíveis

São ativos não monetários identificáveis, sem substância física, que são controlados como resultado de acontecimentos passados e que se esperam benefícios económicos futuros ou potencial de serviço para a entidade.

Os ativos intangíveis encontram-se registados pelo custo da transação com contraprestação.

Após o seu reconhecimento como ativo, este é registado ao custo histórico líquido das respetivas amortizações acumuladas e de perdas de imparidade.

Ativos fixos tangíveis

São bens detidos para utilização no fornecimento dos serviços prestados pelo organismo e se espera que sejam usados num período superior a um ano económico, sendo os seus custos reconhecidos aquando do provável influxo futuro do potencial do serviço associado para a entidade e quando esses mesmos custos possam ser fiavelmente mensurados.

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados pelo modelo do custo. As despesas com reparação e manutenção que não aumentem a vida útil destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Após o seu reconhecimento como um ativo, este é registado ao custo histórico líquido das respetivas depreciações acumuladas e de perdas de imparidade.

Ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data do balanço são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.



Fornecedores e outras dívidas a pagar

Os saldos de fornecedores e outras dívidas a pagar são registados ao justo valor, que usualmente não difere do seu valor nominal.

2.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

Moeda funcional e de apresentação

O euro é a moeda funcional e de apresentação, salvo indicação explícita em contrário. As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevaletentes à data da transação.

Regime do acréscimo

Os rendimentos e gastos são registados de acordo com o princípio do acréscimo, pelo qual estes são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

Acontecimentos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

2.3. Julgamentos com impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Não aplicável.

2.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

Não aplicável.

2.5. Quando a aplicação inicial de uma NCP tiver efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou pudesse ter tais efeitos, mas é impraticável



determinar a quantia do ajustamento, ou puder ter efeitos em períodos futuros divulga-se:

NCP 5 Ativos fixos tangíveis

Alteração da política contabilística - Reversão das depreciações acumuladas de bens que se encontrem totalmente depreciados, e que estejam em funcionamento, por contrapartida da conta 564 - ajustamentos de transição;

Descrição das disposições transitórias - A revisão da vida útil deve ser baseada nos critérios previstos no §51 da NCP 5 e FAQ 25 do Sector Público do SNC-AP da Comissão de Normalização Contabilística.

Disposições transitórias que possam ter um efeito em períodos futuros – não tendo sido possível proceder à respetiva reversão dos ativos fixos tangíveis que cumpriram os requisitos no ano de transição por o software de suporte ao referencial contabilístico SNC-AP – GeRFiP – não permitir esta operação, registamos a necessidade das respetivas diligências para períodos futuros aquando da resolução deste impedimento.

2.6. Principais fontes de incerteza das estimativas

Não aplicável.

2.7. Alterações em estimativas contabilísticas

Não aplicável.

2.8. Erros materiais de períodos anteriores

Não aplicável.

3. Ativos intangíveis

As amortizações são calculadas através do método das quotas constantes, também denominado de linha reta, tendo como referência as taxas de amortização definidas no classificador complementar 2 (Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro.

Não foram efetuadas adições nem diminuições em 2023.

Consultar os seguintes quadros:

Quadro 3.1 - variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas



Quadro 3.2 - Quantia escriturada e variações do período

Quadro 3.2A - Ativos intangíveis - Adições

Quadro 3.2B - Ativos intangíveis - Diminuições

Quadro 3.3 - Variação do excedente de revalorização – Não aplicável.

4. Acordos de concessão de serviços: concedente

Não aplicável.

5. Ativos fixos tangíveis

As depreciações são calculadas através do método das quotas constantes, também denominado de linha reta, tendo como referência as taxas de depreciação definidas no classificador complementar 2 (Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro. No entanto, de acordo com a Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho, mantiveram-se os códigos e as respetivas vidas úteis no que respeita às depreciações do classificador geral do CIBE (cadastro e inventário dos bens do Estado), aprovado pela Portaria n.º 671/2000 (2ª Série) para os bens já detidos pela entidade até 31.12.2017.

As adições efetivadas no ativo fixo tangível em 2023, resultaram maioritariamente de compras efetuadas de equipamento básico e administrativo.

Não foram registadas diminuições em 2023.

Consultar os seguintes quadros:

Quadro 5.1 - variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

Quadro 5.2 - Quantia escriturada e variações do período

Quadro 5.2A - Ativos Fixos Tangíveis - Adições

Quadro 5.2B - Ativos Fixos Tangíveis - Diminuições

Quadro 5.3 - Variação do excedente de revalorização – Não aplicável.

6 – Locações

Não aplicável.



7 – Custo de empréstimos obtidos

Não aplicável.

8 – Propriedades de investimento

Não aplicável.

9 – Imparidade de ativos

Não aplicável.

10 – Inventários

Não aplicável.

11 – Agricultura

Não aplicável.

12 – Contratos de construção

Não aplicável.

13 - Rendimentos de transações com contraprestação

Não aplicável.

14 - Rendimentos de transações sem contraprestação

Não aplicável.

15 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Não aplicável.

16 – Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável.

17 – Acontecimentos após a data de relato

Não são reconhecidas, à data, quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2023.

18 – Instrumentos financeiros

Não aplicável.

19 – Benefícios dos empregados

Não aplicável.



20 – Divulgações de partes relacionadas

Não aplicável.

21 – Relato por segmentos

Não aplicável.

22 – Interesses em outras entidades

Não aplicável.

Anexo às demonstrações orçamentais

1. Alterações orçamentais da receita

As alterações orçamentais realizadas na receita, traduziram-se na diminuição da previsão inicial em 549 399,00€ (consultar quadro em anexo).

2. Alterações orçamentais da despesa

As alterações orçamentais efetuadas, traduziram-se na diminuição da dotação inicialmente aprovada em 549 399,00€ (consultar quadro em anexo).

3. Alterações ao plano plurianual de investimentos

Consultar quadro em anexo.

4. Operações de tesouraria

O saldo final de 204 268,54€, decorre de montantes por entregar a diversas entidades referentes a retenções dos vencimentos de dezembro de 2023 e ao saldo da conta associada ao FM do SDA Pico que só foi liquidado em 2024.

5. Contratação administrativa

5.1 Situação dos contratos

Consultar quadro em anexo.

5.2 Adjudicações por tipo de procedimento

Consultar quadro em anexo.



6. Transferências e subsídios

6.1 Transferências e subsídios - Despesa

As transferências correntes concedidas visaram financiar despesas ao abrigo dos programas ocupacionais (vencimentos) e despesas correntes do IAMA.

As transferências de capital foram efetuadas no âmbito das RCG n.º 37/2022, de 10 de março, RCG n.º 81/2023, de 18 de março, RCG n.º 37/2023, de 8 de março e em acordos de colaboração com Juntas de Freguesia enquadrados na alínea b) do n.º 1 do artigo 19.º do DLR n.º 32/2002/A, 8 de agosto. Foram também transferidas verbas de capital para o IAMA, para execução do Plano de Investimentos, mais concretamente, para a execução das ações 6.1.11 – Dinamização dos Mercados, 6.1.14 – Acreditação, Certificação e Gestão dos Produtos de Qualidade Açores, 6.1.27 – Observatório Agroalimentar dos Açores, 6.3.3 – Investimento na Fileira da Carne Açores e 6.3.4 – Reestruturação da Rede Regional de Abate e da Rede de Certificação da qualidade do leite e segurança alimentar (consultar quadro em anexo).

6.2 Transferências e subsídios - Receita

As receitas foram provenientes de transferências (por libertação de créditos) do orçamento da Região Autónoma dos Açores.

7. Outras divulgações

Nada a divulgar.